



Cidade e memória na tragédia climática gaúcha

Jornal da Universidade / 3 de junho de 2024

Artigo | Os graduandos em Letras Camila Sauthier e Miguel de Medeiros Trindade refletem sobre os processos memorialísticos individuais e coletivos que acometem os atingidos pelas enchentes e ressaltam a ligação entre patrimônio, memória e identidade

*Foto: Marcelo Pires/JU

O desastre natural que aconteceu no Rio Grande do Sul traz à tona questões de teor ambiental, político e sociológico que precisam ser analisadas a fim de que se tenha uma noção mais ampla das causas e impactos desse fenômeno. Os impactos ao patrimônio individual das vítimas das inundações e deslizamentos e ao patrimônio público estão diretamente ligados a uma interferência na memória individual e coletiva que os envolve. Essa interferência abrupta em uma memória construída ao longo do tempo provoca modificações nos elementos que funcionam, para a população, como referências identitárias.

A ocorrência cada vez mais frequente desse tipo de problema ambiental, no Brasil e no mundo, devido ao mau planejamento urbano e às mudanças climáticas, tornou esse um assunto recorrente em estudos sobre a memória social. Segundo [Aguillón-Lombana e Serna-Dimas \(2022\)](#), pesquisadores dos impactos sociais de desastres similares na Colômbia, existe uma relação muito próxima entre a memória social e a repetição de catástrofes naturais sobre uma comunidade.

É a memória social que interfere na percepção de riscos por parte de uma população afetada, e ela pode afetar de forma positiva ou negativa as decisões dessa comunidade frente ao perigo. Daí que seja tão importante a gestão de riscos pelo poder público, com estratégias claras de prevenção e enfrentamento de impactos, sempre aliados ao conhecimento da comunidade vitimada e do território afetado. A confiança nas instituições é um dos índices que influencia a tomada de decisões rápidas por parte das vítimas dos desastres, agilizando processos de evacuação de áreas de risco, por exemplo.

No caso do Rio Grande do Sul, o grande atraso na resposta do governo estadual e dos governos municipais aos alertas de possíveis impactos à população, aliado ao aparente caráter isolado desse evento, provoca também uma demora na reação das comunidades aos avisos da necessidade de evacuação. Além disso, é claro, há o apego ao patrimônio, que está fortemente vinculado à memória individual e também à memória coletiva.

As perdas materiais constituem um grande prejuízo aos atingidos porque, além de ser representação de estabilidade financeira, o patrimônio é carregado de memória afetiva e de um senso de segurança. Como lembra o pesquisador [André Fabrício Silva \(2020\)](#), em seu trabalho sobre a tragédia ocorrida em Bento Rodrigues (MG), existe uma ligação indissociável entre patrimônio, território, memória e identidade. O autor chama a atenção para o fato de que uma população “desterritorializada” por um desastre passa a ser uma população sem raízes, em busca de uma reconstrução da memória identitária perdida.

A cidade se inscreve nessa discussão enquanto materialização das diferentes ideologias presentes em uma sociedade, reproduzindo narrativas e relações de poder, concretizando estruturas sociais, decisões e omissões políticas, como aponta Joice Berth, no livro “Se a cidade fosse nossa”. No entanto, a cidade é também onde transcorre a apropriação emancipatória dos lugares construídos e a inventividade no cotidiano, restituindo o sentido da obra na urbanidade. Ainda, é o chão de múltiplas experiências individuais, é o abrigo de nossas descobertas, de nossos afetos. Sua materialidade absorve essa subjetividade.

“Dessa maneira, faz-se evidente que a cidade, anacrônica por excelência, está carregada de memória: um entrelaçamento entre memória individual e memória coletiva, em diálogo com vivências subjetivas e políticas.”

Em um momento de perigo, em um momento de catástrofe, esfacelam-se as referências concretas da rememoração. Casas são invadidas pela água; cidades, alagadas; patrimônios, destruídos; habitantes, desterritorializados. A imagem da cidade é subitamente rearticulada, ganha outra dimensão. A realidade brutal toma essas imagens de memória e as atravessa num processo doloroso. Resta, assim, a urgência da reconstrução, inevitavelmente permeada pela nova recordação do desastre.

Em oposição a um projeto político que atua com força pelo apagamento da memória e da identidade histórica da cidade de Porto Alegre em função do caráter mercantil e financeiro do espaço inteiro – o mesmo projeto que ignora as consequências da crise climática sobre nosso espaço urbano –, é fundamental que a memória individual-coletiva seja o sentido para o futuro desse novo momento histórico. Propor cidades provisórias, em que se aparta as pessoas de suas comunidades, de suas origens, contribuindo com a fragmentação e guetização da cidade, é soterrar a experiência individual e coletiva.

Por outro lado, a garantia de que a memória do passado – das comunidades, das residências, dos afetos – e da catástrofe – da negligência do poder municipal, do negacionismo climático e das evitáveis perdas – atuem como orientadoras da (re)construção de um futuro já no presente surge enquanto caminho a ser pleiteado. Pois são as relações íntimas das pessoas com a cidade, a apropriação que elas fazem desta, e as significações atribuídas a seus espaços que provocam um sentimento de coletividade, cuidado e prospecção consciente no meio urbano, tecendo a almejada cidadania.

No início do século XX, Patrick Geddes postulou que “uma cidade é mais que um lugar no espaço, é um drama no tempo”. Isto é, para além do que nela há de concreto, a cidade é um núcleo complexo de diferentes tempos que nela se aderem e a transformam material e simbolicamente. E a memória é justamente o tecido através do qual o tempo se desenvolve ao nosso redor, ultrapassando a linearidade e unidirecionalidade que insistentemente lhe imputam, tomando a forma espacial que lhe corresponde.

Assim, a memória das enchentes de 1941, de 2023, de 2024, nossas lembranças miúdas dos movimentos e da vida na cidade se apresentam como instâncias prementes para a reapropriação individual e coletiva dos espaços urbanos e para a responsabilização efetiva de quem deve ser responsabilizado. Afinal, quem sabe de seu Passado tem o direito de reivindicar o seu Futuro.

[Camila Sauthier](#) é aluna de graduação do curso de Licenciatura em Letras, na UFRGS, e tem uma trajetória como bolsista de Iniciação Científica PIBIC CNPq na linha de pesquisa de Teoria Literária.

[Miguel de Medeiros Trindade](#) é aluno de graduação na UFRGS do curso de Licenciatura em Letras, ênfase em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e suas respectivas literaturas, e é atualmente bolsista de Iniciação Científica BIC UFRGS na linha de pesquisa de Teoria Literária.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade



Rap, rodos e risos: a comunidade afetada da EPA no enfrentamento à crise



O sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre



Carta aos leitores | 05.06.24

INSTAGRAM

Jornaldauniversidadeufrgs

@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farrroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram